

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2272/2023-PGJ, DE 10.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar o Procurador de Justiça aposentado José Carlos de Oliveira Robaldo para atuar na Comissão de Análise Histórica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, instituída pela Portaria nº 539/2022-PGJ, de 7.2.2022.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2274/2023-PGJ, DE 10.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino 5 (cinco) dias de compensação no período de 10 a 14.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 17 a 19.12.2022 e nos dias 7 e 8.1.2023, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2203/2023-PGJ, DE 8.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias compensatórias à Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui, que seriam usufruídos no período de 18.4 a 17.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004438-5).

**ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2273/2023-PGJ, DE 10.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino 16 (dezesesseis) dias de férias remanescentes, referentes aos períodos aquisitivos 2014/2015, 2018/2019, 2020/2021, 2021/2022 e 2022/2023, a serem usufruídos no período de 17.7 a 1º.8.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2198/2023-PGJ, DE 8.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias compensatórias à Procuradora de Justiça Sara Francisco Silva, que seriam usufruídos no período de 17.4 a 16.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004530-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2279/2023-PGJ, DE 11.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 2278/2023-PGJ, de 10.5.2023, que designou o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza para atuar na audiência dos Autos nº 0026023-14.2016.8.12.0001 no dia 12.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2208/2023-PGJ, DE 8.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 15 (quinze) dias de férias compensatórias ao Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira, que seriam usufruídos no período de 2 a 16.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004400-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2280/2023-PGJ, DE 11.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 1908/2023-PGJ, de 18.4.2023, na parte que designou a Promotora de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes para atuar nas audiências dos Autos nº 0026023-14.2016.8.12.0001 nos dias 12 e 19.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2216/2023-PGJ, DE 8.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias compensatórias ao Procurador de Justiça Adhemar Mombrum de Carvalho Neto, que seriam usufruídos no período de 20.4 a 19.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004275-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-471/2023/PGJ, DE 10.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Danielle Priscila Bernardo da Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.10.2023 e de 1º a 10.4.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 10 a 19.7.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-472/2023/PGJ, DE 11.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1421/2022-PGJ, de 11.11.2022, que concedeu férias ao servidor Luiz Fernando Ribeiro Barbosa, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 26.6 a 5.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 16 a 25.10.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-473/2023/PGJ, DE 11.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1484/2022-PGJ, de 21.11.2022, que concedeu férias à servidora Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 10 a 19.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 3 a 12.7.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-479/2023/PGJ, DE 11.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Luana Rotta Vollkopf Curto, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 12 a 21.7.2023 e de 28.11 a 7.12.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 14 a 23.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO Nº 001/PGJ/2023**

Processo: 09.2023.00000001-0

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **PLANETA ÁGUA E GÁS LTDA**, representada por **Simone Neves Dias**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigos 55, XIII e 61, *caput*, ambos da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Alteração do nome empresarial da fornecedora na Carta-Contrato nº 001/PGJ/2023.

Vigência: 04.05.2023 a 31.12.2023.

Data de assinatura: 04 de maio de 2023.

**EXTRATO DO DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/PGJ/2009**

Processo: 09.2022.00012523-7 (PGJ/10/1567/2009)

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **ALEXANDRO NASCIMENTO DUARTE**, representado por **Joana Paulo do Nascimento**.

Procedimento licitatório: Dispensado de acordo com o artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigos 3 e 51 da Lei nº 8.245/91, e artigo 62, § 3º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 029/PGJ/2009, por mais 12 (doze) meses.

Valor mensal: R\$ 1.643,73 (um mil seiscentos e quarenta e três reais e setenta e três centavos).

Vigência: 20.07.2023 a 19.07.2024.

Data de assinatura: 3 de maio de 2023.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 - ELETRÔNICO.**

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **SOUZA ALVES & CIA LTDA**, representada por **Diogo de Souza Alves**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	Lona plástica lisa, composta de polietileno de baixa densidade, para uso geral e na construção civil. Cor preta, espessura de 150 micras. Embalagem: rolo de 4 metros de largura x 100 m de comprimento. Marca: Lonax.	Unidade	70	264,00
4	Protetor para piso em rolos de 1 metro de largura por 25 metros de comprimento, confeccionado em papel Kraft integrado/laminado com plástico bolha de alta resistência (polietileno), para aplicação em obras visando proteção de pisos cerâmicos e porcelanato. Marca: Salvabras.	Unidade	50	199,00
5	Disco de corte para inox, produto reforçado com 2 telas, de alto desempenho: diâmetro: 115,0 mm (4 1/2"), espessura: 1,0 mm, eixo: 22,23 mm (7/8"), certificação: ABNT NBR 15.230   EN 12413, suporta: 13.300 rpm   80 m/s. Marca: Lotus.	Unidade	430	2,50
6	Fita crepe medindo entre 48 e 50 mm de largura, resistência a tração 3,5 kgf/19 mm, alongamento de 9 %, espessura mínima 0,11 mm, resistente a temperatura de 80°C por 40 minutos, dorso de papel crepe, adesivo a base de borracha e resina. Rolo com 50 metros. Marca: Adere.	Unidade	940	10,56
7	Trincha média extra macio para pintura, de 1", cerdas duplas sintéticas, fio com formato estrelado para recortes precisos para todo tipo de tinta. Referência técnica: AT315 Atlas ou de melhor qualidade. Marca: Atlas/AT 315.	Unidade	160	4,67
8	Trincha média extra macio para pintura, de 2", cerdas duplas sintéticas, fio com formato estrelado para recortes precisos para todo tipo de tinta. Referência técnica: AT315 Atlas ou de melhor qualidade. Marca: Atlas/AT 315.	Unidade	280	6,93
9	Trincha média extra macio para pintura, de 3", cerdas sintéticas, fio com formato estrelado para recortes precisos para todo tipo de tinta. Referência técnica: AT315 Atlas ou de melhor qualidade. Marca: Atlas/AT 315.	Unidade	260	12,90
12	Rejunte para porcelanato, cor cinza outono, uso interno e externo. Uso indicado para porcelanatos, cerâmicas, pedras naturais e pastilhas. Validade do produto de, no mínimo, 10 meses a partir data de fabricação. Embalagem de 1 kg. Marca: Fortaleza.	Unidade	60	35,00
27	Rolo confeccionado em pele de carneiro de alta qualidade. Lã com 22 mm de altura. Indicação de uso: pinturas em áreas semi-rugosas. Indicado para tintas látex, acrílica, PVA, óleo e esmalte em superfícies semirugosas. Marca: Compel.	Unidade	100	15,00
29	Argamassa colante flexível, tipo ACIII, para sobreposição e assentamento de porcelanatos, cerâmicos, mármore e granitos, para uso interno e externo, atendendo a NBR 14.081. Embalagem plástica de 20 kg. Validade de, no mínimo, 11 meses. Marca: Fortaleza.	Unidade	150	34,42
31	Cimento Portland composto com adição de escória granulada de alto forno e classe de resistência 32 (CP II-E – 32). Saco de 50 kg. Marca: Itau.	Unidade	540	45,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio 2023.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/PGJ/2023 - - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO.**

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **CLENEX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Cleide Aparecida dos Santos Fraga Miranda**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
10	Trincha média extra macio para pintura, de 4”, cerdas duplas sintéticas, fio com formato estrelado para recortes precisos para todo tipo de tinta. Referência técnica: AT315 Atlas ou de melhor qualidade. Marca: Atlas.	Unidade	210	18,13
13	Tinta para demarcação de piso, cor amarela, tinta acrílica estirenada à base de solvente, para sinalização horizontal de rodovias e vias urbanas, conforme ABNT NBR 12.935, NBR 15.438 e NBR 16.184. Retro refletiva. Lata de 18 litros, rendimento médio de 30 a 40 m², diluição de até 20 %. Marca: Waibor.	Unidade	20	333,50
14	Tinta para demarcação de piso, cor branca, tinta acrílica estirenada à base de solvente, para sinalização horizontal de rodovias e vias urbanas, conforme ABNT NBR 12.935, NBR 15.438 e NBR 16.184. Retro refletiva. Lata de 18 litros, rendimento médio de 30 a 40 m², diluição de até 20 %. Marca: Waibor.	Unidade	20	333,50
15	Esmalte base solvente, acabamento fosco, cor preta, tinta esmalte à base de emulsão acrílica modificada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos étoxilados e carboxilados, pigmentos isentos de metais pesados. Conforme item 4.2.3 da NBR 11.702/92. Galão de 3,6 litros, rendimento médio de 70 m². Marca: Universo.	Unidade	120	126,15

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio 2023.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO.**

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, representada por **Valéria Zan Molinaro**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:





ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
16	Módulo interruptor simples de 10 A, 250 V, branco, fabricado em plástico ABS, atendendo a norma NBR NM 60669-1, marca Legrand, linha Zeffia, cód.: 680150, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	200	7,80
17	Módulo tomada 10 A 2P+T, cor branca, marca Legrand, linha Zeffia. Cód.: 680160, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	3640	7,50
18	Módulo tomada 20 A 2P+T, cor branca, marca Legrand, linha Zeffia. Cód.: 680161, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	210	10,20
19	Placa 4x2 para 1 módulo horizontal, cor branca, marca Legrand, linha Zeffia. Cód.: 680181, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	2270	3,00
20	Placa 4x2 para 2 módulos horizontais, cor branca, marca Legrand, linha Zeffia. Cód.: 680182, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	760	3,00
24	Relé fotoelétrico com conector padrão NBR-5123 para acionamento de lâmpadas elétricas de sistemas em geral, tensão nominal bivolt, com janela, frequência 50/60 hz, potência 1800 VA / 1000 W, tipo NF, proteção contra corrente de partida, proteção contra poeira e umidade (IP54). Marca: Qualitronix.	Unidade	260	18,10
25	Suporte para relé - base para relé fotoelétrico, em ABS, com suporte metálico, copo em copolímero polipropileno, terminais de encaixe em latão estanhado, soquete em nylon com 30 % de fibra de vidro, intercambiabilidade total, tensão bivolt. Ligação a 3 fios 1,5 mm² com 25 cm de comprimento sendo: fase 1 (preto), neutro ou fase 2 (branco) e carga (vermelho). Marca: Mapetron.	Unidade	200	10,50

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 10 de maio 2023.

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO.

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **A DE N P OLIVEIRA**, representada por **Ariane de Nazaré Palheta Oliveira**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
21	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750 V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 6 mm². Rolo de 100 m. Garantia de, no mínimo, 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Ligcabos.	Unidade	30	328,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio 2023.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO.**

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **ADRIANO HALAMA**, representada por **Adriano Halama**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
26	Cabo UTP cat. 6, capa externa em PVC, na coloração azul, amarelo, preto, verde, branco, bege, marrom, laranja, vermelho ou cinza. Impedância característica de 100 $\omega$ (ohms) $\pm$ 15 % $\omega$ ; com 4 pares trançados de condutores sólidos de cobre nu 100 % (23 AWG), isolados em polietileno especial, com código de cores. Certificação Anatel impressa na capa, além de impressão que conste identificação do fabricante, marca do produto e sistema de rastreabilidade que permita detectar a data de fabricação dos cabos. Produto em conformidade com a diretiva rohs. Inclusive certificado de performance elétrica pela UL ou ETL e de flamabilidade (UL Listed ou ETL Listed). Caixa com, no mínimo, 300 m. Garantia de, no mínimo, 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Norphel.	Unidade	200	847,44

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 10 de maio 2023.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO.**

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **MIX REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO EM GERAL LTDA**, representada por **Ana Paula da Silva Lima**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
28	Refletor de LED mínimo 100 W, com fluxo luminoso igual ou superior a 9500 lumens, bivolt, blindado, com isolamento IP 66 ou superior, corpo em alumínio e vidro temperado, ângulo 120°, parafuso em aço inox, cor 6000 K ou superior (branca fria), vida útil superior a 20.000 h. Marca: Iluminim.	Unidade	100	60,12

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 10 de maio 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 016/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000382-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar a regularidade da área de preservação permanente do Córrego Bálsamo no trecho próximo à rua Benfica, nos Lotes 01, 02, 03, 04, 05 e 06, Quadra 26, do loteamento Vila Jardim Pioneiros e a efetividade da fiscalização do município de Campo Grande.

Campo Grande, 17 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 017/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000387-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P02-PRO localizada nas coordenadas 20°25'42.75" S, 54°34'24.40" W, com acesso pela rua Rio Negro, entre a rua Cristóvão Lechuga Luengo e a av. Nelly Martins, Conjunto Habitacional Mata do Jacinto, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 53/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 018/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000388-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P03-COQ localizada no Parque Cônsul Assaf Trad, coordenadas 20°24'10.55" S 54°33'46.31" W, com acesso pela Av. Cônsul Assaf Trad, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 74/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 019/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000389-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empreendimentos Imobiliários Damha - São Paulo I - SPE Ltda

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P05-LAJ localizada no Bairro Tiradentes, coordenadas 20°28'34.11"S 54°33'57.42"W, com acesso pela rua interna 01 do Residencial Villas Damha, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 78/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 020/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000390-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P11-SEG localizada nas coordenadas 20°24'19.82" S, 54°36'11.26" W, com acesso pela rua Nelson Abraão Lemos entre as ruas Fujiyama e Dona Maria Panucci do Amaral, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 94/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 021/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000406-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Matias de Souza Neto, Eloisio Mendes de Araujo e Marta Helena de Oliveira Bertola

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P16-PRO localizada no Jardim TV Morena, coordenadas 20°28'17.4"S, 54°35'23.5"W, com acesso pela avenida Eduardo Elias Zahran, entre as ruas Joaquim Murtinho e Antônio da Silva Vendas, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 33/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 022/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000407-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P09-IMB localizada dentro do Condomínio Jardim das Paineiras, coordenadas 20°24'57.99" S, 54°38'53.11" W, com acesso pela rua Dr. Miguel Vieira Ferreira esquina com a rua Professor Ronaldo Iraquitam, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 008/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 023/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000408-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jatena Agropastoril e Participações Ltda

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P01-ANH localizada no Bairro Morada do Sol, coordenadas 20°34'1.48"S 54°37'47.15"W com acesso pela avenida Zilá Corrêa Machado, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 44/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 024/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000409-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária CF Ltda

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P18-IMB localizada na Vila Nova Campo Grande, coordenadas 20°29'20.79" S, 54°42'30.99" W, com acesso ao final da av. Wilson Paes de Barros, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 30/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 025/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000410-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eny Ávila Vieira de Paula e Henrique Paula júnior

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P02-BAN localizada no bairro Rita Vieira, coordenadas 20°29'36.35" S, 54°34'44.04" W com acesso pela avenida Gerval Bernardino de Souza, entre as avenidas Rita Vieira de Andrade e Três Barras, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 27/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 026/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000411-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Cf Ltda

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P19-IMB localizada na Vila Nova Campo Grande, coordenadas 20°28'55.02" S, 54°42'25.05" W, com acesso ao final da avenida Wilson Paes de Barros, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 31/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 027/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000412-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Elisabete Matheus Simonelli, Marcos Simonelli, Marcia Aparecida Mandes Saraiva e Ramiro Saraiva

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P04-BAN localizada no bairro Vilas Boas, coordenadas 20°29'15.28" S, 54°35'7.12" W com acesso pela rua Miguel Sutil, entre as ruas Antônio Francisco Lisboa e Araújo Lima, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 65/2022.

Campo Grande, 19 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 028/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000413-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Eloy Alvim Pereira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P02-LAJ localizada em área privada no Parque Residencial Maria Aparecida Pedrossian, coordenadas 20°28'17.38"S 54°33'06.68"W com acesso pela rua João Francisco Damasceno entre a avenida Manoel Padial e a rua Virgílio A. Campos, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 15/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 029/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000414-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Vitório de Souza

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P10-LAJ localizada no bairro Moreninha, coordenadas 20°32'21.09" S, 54°34'19.83" W, com acesso ao final da avenida Equipe Senna, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 48/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 030/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000415-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empreendimentos Imobiliários Damha - São Paulo I - SPE Ltda

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P07-LAJ localizada no Bairro Tiradentes, nas coordenadas 20°28'47.45"S 54°34'4.15"W, com acesso pela rua Marrei Júnior, entre as ruas Gaudêncio Ajala e Romeu Alves Camargo, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 67/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 031/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000418-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P03-BAN localizada em área pública no Jardim Itatiaia, coordenadas 20°28'45.05" S, 54°34'34.04" W com acesso pela rua Bráulio de Souza, entre as ruas Jorge Luís Anchieta Curado e Antônio Marquês, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 64/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 032/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000419-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P04-LAG localizada em área pública no Portal Caioba, coordenadas 20°31'6.92"S, 54°40'56.10"W com acesso na rua Leão Douro, entre as ruas Thor e das Valquírias, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 40/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 033/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000420-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P04-PRO localizada na Vila Margarida, coordenadas 20°26'0.26" S, 54°34'58.50" W, com acesso pela rua Sérgio Porto, entre a rua Fidalga e a travessa Cinco de Outubro, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 56/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça



**EDITAL Nº 034/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000421-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P14-LAJ localizada no residencial Ramez Tebet, coordenadas 20°32'29.25" S, 54°37'26.32" W, com acesso pela rua Cláudio Coutinho esquina com a rua Maria da Glória Ferreira de Souza, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 46/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 035/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000422-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P02-IMB localizada em área pública entre os bairros Jardim Zé Pereira e Residencial Búzios, coordenadas 20°26'19.20"S, 54°40'39.46"W, com acesso pela rua Artagnan dos Santos Machado e avenida José Barbosa Rodrigues, no Jardim Zé Pereira, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 002/2022.

Campo Grande, 18 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 036/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000423-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: STA ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P11-LAJ localizada nas coordenadas 20°32'31.75" S 54°33'40.64" W, com acesso pela avenida Zilá Corrêa Machado, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 50/2022.

Campo Grande, 20 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 037/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000425-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: André Luiz dos Santos

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P01-LAJ localizada no bairro Tiradentes, coordenadas 20°29'0.21" S, 54°34'02.77" W, com acesso pela Avenida Oceania, entre a rua Adolfo de Almeida e Travessa Pontal, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 14/2022.

Campo Grande, 20 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 038/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000428-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P01-GAM localizada na Vila Maciel, coordenadas 20°33'32.49" S, 54°35'24.07" W, com acesso pela avenida Gury Marques esquina com a rua Ester Ana da Rocha, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 18/2022.

Campo Grande, 19 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 039/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000429-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Roberto Abuhassan

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P02-GAM localizada no Parque Novo Século, coordenadas 20°34'01.77" S, 54°35'22.40" W, com acesso pela avenida Henrique Bertin esquina com a av. Gury Marques, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 19/2022.

Campo Grande, 19 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 040/2023/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil nº 06.2023.00000430-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana P10-IMB localizada na Vila Santa Luzia, coordenadas 20°24'39.17'' S 54°38'54.82'' W, com acesso na rua Santa Bernadete, esquina com a rua Santo Agostinho, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 009/2022.

Campo Grande, 20 de abril de 2023.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

---

**CORUMBÁ**

---

**INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 06.2023.00000487-1****RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA****Nº 03/2023-5ªPJ**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 5ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Corumbá/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão da apuração levada a efeito no Inquérito Civil nº 06.2023.0000048-7, expede a seguinte RECOMENDAÇÃO ao Prefeito Municipal de Corumbá e ao Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Corumbá-MS;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a administração pública, através da Autotutela, tem o poder dever de corrigir eventuais falhas ou vícios nos atos administrativos *sponte sua*, evitando a necessidade de ajuizamento de ação perante o Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, prevê, no artigo 30, que a fiscalização e o controle referentes ao cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos dos Fundos, serão exercidos, dentre outros órgãos, pelos conselhos de acompanhamento e controle social dos Fundos, sendo que o artigo 34 regulamenta a criação dos conselhos municipais, mediante legislação específica;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.113/2020, no art. 34, § 5º, inciso IV, elenca dentre as hipóteses de impedimento para integrar e participar dos Conselhos Municipais os pais de alunos que exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo gestor dos recursos;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal de Corumbá nº 1.950/2007, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, elenca entre as hipóteses de impedimento para a composição de conselhos



municipais, os pais de alunos que exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 2.074, de 29 de novembro de 2018, no art. 3º, §6º, inciso IV, alínea “a”, também contem semelhante vedação no sentido de que: *“são impedidos de integrar o conselho: pais de alunos que exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal”*;

CONSIDERANDO que foi instaurado nesta Promotoria de Justiça Inquérito Civil Público a partir de representação formulada pelo Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Corumbá – SIMTED noticiando que Tarissa Marques Rodrigues dos Santos, servidora pública designada para o exercício de função de confiança de Supervisor de Serviço na Secretaria Municipal de Educação de Corumbá, foi escolhida no segmento de pais de alunos da Educação Básica Públicas do Conselho de Acompanhamento e Controle Social – FUNDEB – quadriênio 2021/2025;

CONSIDERANDO que nas apurações levadas a efeito se constatou que de fato a servidora Tarissa Marques Rodrigues dos Santos exerce Função de Confiança de Supervisor de Serviço I, na Secretária Municipal de Educação, conforme Portaria de nº 208, de 26 de janeiro de 2017, do Município de Corumbá, o que configura impedimento para a sua escolha para compor o Conselho Municipal do FUNDEB;

CONSIDERANDO que o Conselho de Acompanhamento e Controle Social – FUNDEB é órgão do Município, o ato eivado de vício insanável é passível de correção pelo gestor municipal, conforme art. 34, § 4º, da Lei Federal Lei Federal 14.113/2020, que atribui ao Poder Executivo competente a designação dos integrantes dos conselhos, conforme *in verbis*:

*“Art. 34. Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no respectivo âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:*

*I - em âmbito federal:*

*[...]*

*II - em âmbito estadual:*

*[...]*

*III - no Distrito Federal, com a composição determinada pelo disposto no inciso II deste caput, excluídos os membros mencionados nas suas alíneas b e d;*

*IV - em âmbito municipal:*

*a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;*

*b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;*

*c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;*

*d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;*

*e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;*

*f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.*

*§ 1º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver:*

*[...]*

*§ 2º Os membros dos conselhos previstos no caput e no § 1º deste artigo, observados os impedimentos dispostos no § 5º deste artigo, serão indicados até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, da seguinte forma:*

*I - nos casos das representações dos órgãos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal e das entidades de classes organizadas, pelos seus dirigentes;*

*II - nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito nacional, estadual ou municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;*

*III - nos casos de representantes de professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria;*

*IV - nos casos de organizações da sociedade civil, em processo eletivo dotado de ampla publicidade, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.*

*§ 3º As organizações da sociedade civil a que se refere este artigo:*

*[...]*



*§ 4º Indicados os conselheiros, na forma dos incisos I, II, III e IV do § 2º deste artigo, o Ministério da Educação designará os integrantes do conselho previsto no inciso I do caput deste artigo, e o Poder Executivo competente designará os integrantes dos conselhos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo”.*

CONSIDERANDO que compete tanto ao Executivo Municipal quanto ao próprio Conselho anular a designação de Tarissa Marques Rodrigues dos Santos para o Conselho de Acompanhamento e Controle Social – FUNDEB e, uma vez declarada a nulidade, promover novo processo de eleição;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses difusos e coletivos, dentre eles a defesa do patrimônio público (art. 129, incisos II e III, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”<sup>1</sup>

RECOMENDA ao Prefeito Municipal de Corumbá, Marcelo Aguilar Iunes, e ao Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Corumbá-MS que, no exercício da autotutela administrativa, promovam a anulação da designação de Tarissa Marques Rodrigues dos Santos para compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Corumbá-MS, na condição de representante do segmento de Pais de Alunos da Educação Básica para concluir o quadriênio 2021-2025, em virtude da presença de causa impeditiva descrita nos dispostos do art. 34, §5º, IV, “a”, da Lei Federal 14.113/2020, do art. 3º, IV, “a” da Lei Municipal nº 1950/2017, e do art. 3º, §6º, inciso IV, alínea “a”, do Decreto Municipal nº 2.074, de 29 de novembro de 2018, promovendo, em seguida, novo processo de eleição.

Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam adotadas as providências cabíveis e comunicadas a esta Promotoria de Justiça.

Adverte-se que, em caso de não cumprimento da Recomendação, poderão ser adotadas as medidas judiciais cabíveis para correção da irregularidade e responsabilização dos agentes públicos.

Encaminhem-se cópias da presente recomendação ao Prefeito Municipal de Corumbá, à Procuradoria-Geral do Município e ao Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação de Corumbá-MS.

Após comunicadas referidas autoridades, remeta-se à PGJ para publicação no DOMP.

Comunique-se, ainda, o Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Corumbá-SIMTED, autor da representação que ensejou na instauração do Inquérito Civil.

Com a resposta do Prefeito e Presidente do Conselho, ou decorrido o prazo concedido, voltem os autos imediatamente conclusos.

Corumbá/MS, 08 de maio de 2023.

LUCIANO BORDIGNON CONTE  
Promotor de Justiça

<sup>1</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.



---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**GLÓRIA DE DOURADOS**

---

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Procedimento Administrativo: nº 09.2023.00005123-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Interessados: Município de Glória de Dourados; Conselho Municipal da Criança e Adolescente (CDMCA) de Glória de Dourados/MS; Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) de Glória de Dourados/MS

Assunto: Acompanhamento do processo seletivo e eleitoral de escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Glória de Dourados/MS.

Glória de Dourados/MS, 10 de maio de 2023

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça

---

**MARACAJU**

---

**EDITAL Nº. 0001/2023/GACEP/MCJ**

A Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00004982-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Procedimento Administrativo n. 09.2023.00004982-5.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Delegacia de Polícia Civil de Maracaju e 2ª Companhia Independente da Polícia Militar de Maracaju

Assunto: registro e acompanhamento das visitas e inspeções na Delegacia de Polícia Civil de Maracaju e 2ª Companhia Independente da Polícia Militar de Maracaju – exercício 2023

Maracaju-MS, 10 de maio de 2023.

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça

---

**RIO VERDE DE MATO GROSSO**

---

**EDITAL Nº 0010/2023/PJ/RVG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000479-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Moraes Ribeiro LTDA

Assunto: Apurar o desmatamento de 41,8782 hectares de vegetação nativa remanescente, na Fazenda Rio Negro, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 011749/2022 e Laudo de Constatação nº 015109/2022.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 08 de maio de 2023.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça



---

**SETE QUEDAS**

---

**EDITAL N° 0018/2023/PJ/STQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

IC - Inquérito Civil nº 06.2023.00000495-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Auto Posto Ponto Chic

Assunto: Apurar eventual irregularidade na atividade na comercialização de derivados de petróleo gasolina, diesel e etanol) exercida por Auto Posto Ponto Chic Ltda, sem a devida autorização do órgão ambiental competente.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 10 de maio de 2023.

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça

---

**SONORA**

---

**INQUÉRITO CIVIL N° 06.2023.00000505-9****Edital n° 0010/2023/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000505-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90, Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2023.00000505-9

Requerente: Promotoria de Justiça de Sonora/MS

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação em tese reiterada de professores temporários pelo Município de Sonora, em detrimento a candidatos aprovados em concurso público.

Sonora/MS, 10 de maio de 2023.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça